porta o nível de conhecimento, de aquecimento que tiveram para entrar no jogo. O fato é que têm direitos aquilo lá e o senhor levantou uma questão importante, contextuando: mostrar os dados números e disponibilizar. Qualquer esclarecimento adicional pode ser feito por escrito. Nós respondemos. **Dr. Yazbek** – O que o senhor está precisando mais com relação a essa apresentação? Qual é o outro conceito que quer que coloque aqui? **Sr. Caio** – Do ponto de vista didático, talvez colocar pelos conceitos. Não precisa existir a nota toda, quer dizer, valor empenhado. A que se refere? Valor liquidado. A que se refere? O Orçamento. A que se refere? Então, ter os quatro totais, a que se referem, e depois, abre-se para o Orçamento mesmo, em grandes números. **Dr. Abukater** – Poderia começar com uma tela, chamada glossário, com dez palavras-chaves, dizendo o que são. Certo? **Dr. Yazbek** – Sem problemas. Ai eu volto a perguntar aos senhores: vamos de novo apresentar 2013, 2014 ou vamos fazer uma apresentação mostrando o que é o Orçamento de 2015? E podemos dizer o que ainda vamos fazer do Orçamento de 2014. **Sra. Júlia** – Dependendo da solicitação de voto que fazemos, ela esbarra em restrição orçamentária. Então, quanto temos? Na reunião do Conselho, estamos votando alguma coisa que pode ter algum impacto orçamentário? Mas qual é o Orçamento? O que se gastará? E, além de conceitos, acho que é difícil entender essa questão financeira, quer dizer, o dinheiro só veio para o Fundo, mas não temos ingerência nele. **Dr. Yazbek** – O Conselho começou num momento em que, de uma forma, ou de outra, o Orçamento já estava começando a ser trabalhado. Então, esse Orçamento de 2015 ainda é um material que vai elaborado pelas pessoas que estavam ainda com algumas informações na cidade, de 2013 e de 2014. Certo? **Dr. Abukater** – Ela quer saber o seguinte: a verba colocada cobra custeio. Existe um Orçamento X e já comprometo? Ou, seja, qual a margem de manobra que o Conselho tem? Quer dizer, um Orçamento de 80, mas estão comprometidos os 85. **Sra. Júlia** – Ou seja, não adianta apresentarmos solicitação de voto para gastar mais se não temos dinheiro para gastar. **Dr. Abukater** – Não. Apresente, discuta e jogue para frente. Plantamos para colheita. **Sra. Júlia** – É o que os conselheiros querem saber. Eu imagino que é como se o estivesse gerindo a minha conta no banco. Quanto eu tenho no banco? Vai entrar quanto? No mês que vem eu já posso gastar? Quando eu vou poder gastar? **Dr. Yazbek** – Júlia, no caso do Faria Lima, é um recurso que está nas mãos de COHAB e faz parte dos recursos administrados pelo Fundo. **Sra. Júlia** – Olhamos lá e há um saldo de vinte e oito. Então, significa que temos que gastar vinte e oito? **Nô**. O Conselho não vai decidir. Parte dos vinte e oito está carimbada com outra coisa; está passando pelo Fundo e não temos ingerência alguma. **Dr. Abukater** – É isso mesmo. **Sr. Sidnei Pitta** – Eu tinha outra forma de olhar a questão do Parcelaria. Na minha concepção ele era do Fundo. O dinheiro não é do Fundo, é do Município. E a Prefeitura é quem dá o dinheiro que devemos deixar isso bem detalhado. E, de todas as escalas de produção, eu queria que me mostrassem onde que hoje a COHAB produziria algo, tirando os conjuntos habitacionais antigos, tirando todos esses quintos. **Sr. Caio** – No Grupo de Trabalho de Assistência Técnica, temos discutido onde que esse programa de assistência técnica ficaria na estrutura da Prefeitura. Seria com recursos do Fundo, com recursos orçamentários da SEHAB? Em que lugar ele poderia se pendurar? Essa é uma discussão importante. Vai haver recursos no Fundo, ou há a possibilidade de a Prefeitura, ao longo do exercício, alimentar o Fundo para um programa específico, para uma produção específica? Esse é outro dado importante para apresentar e dizer: "O dinheiro que eu quero é esse, mas não quero o dinheiro de receita e tal, que vêm de outros lugares". **Sr. Sidnei Pitta** – Trabalhamos bastante com a questão da votação do Plano Diretor e, dentro dele, a quota de solidariedade. Pergunto: para 2015, quando acontecer mesmo o fator na cidade e houver a quota de solidariedade, vai vir para o Fundo o recurso? **Dr. Abukater** – Não passa por aqui, mas está carimbado para a habitação. Mas ele vai para outro Fundo, que é o FUNDURB. **Sra. Júlia** – É preciso dizer isso claro para os conselheiros, para que saibamos, mesmo que seja para 2015 ou para 2016, que perspectiva se tem de ingerirmos esses recursos. **Dr. Biasi** – Ou seja, quanto de recursos há livre para se decidir o destino? Cabe a análise para todos aqui de todos os detalhes, abrirem as contas, analisar informações de despesas que existem, não são feitas, por quê? Isso tudo é pertencente à função do Conselho. Fazer questionar e pedir informações quanto quer, sem problemas. Vamos fechar esse assunto. Agora, colocaremos em votação a aprovação da ata da última reunião. **Sr. Florenzano** – Quería fazer uma correção na linha 33, página. 4. Não é PDI. É BDI – Bonificação e Despesas Indiretas. E também, na linha 38, o valor dos elevadores está incorreto. Não são 371 milhões. São 371 mil, 933 e alguma coisa. Não sei exatamente qual o valor. **Sra. Ana Maria** – Tiramos os "milhões" aqui. **Sr. Osmar Borges** – Considerando que a peça já está orçada para 2015, é consequência das despesas apresentadas. Ou seja, já está orçado aquilo que está previsto gastar em 2015. Sabemos quais as despesas, mas não sabemos o Orçamento, não sabemos quanto vamos ter de Orçamento. Essas despesas previstas para 2015 podem sofrer cortes em função do que, eventualmente, ser o Orçamento, disponibilizado? **Dr. Yazbek** – Bom, em termos de peça orçamentária, o montante que foi encaminhado foi de R\$134 milhões. Entretanto, quando começar o ano, haverá, seguramente, um congelamento de recursos para poderem ser liberados. E, ao longo do ano, podem ou não ser liberados em função da execução desse Orçamento e da disponibilidade financeira. É muito provável que se utilize o IPTU progressivo porque foi liberado. Então o Prefeito não vai deixar de aproveitar essa oportunidade de poder fazer aquilo que era para ter feito no ano passado. Deve querer contar com mais recursos para poder fazer mais coisas. **Sr. Osmar Borges** – Já tivemos uma previsão, só não sabemos exatamente o Orçamento, o Conselho, quando se reúne, apresenta uma solicitação de voto e, isso, de certa forma, também tem empenho orçamentário, tem que haver recursos disponíveis. Temos sempre nos pautado, nas reuniões do Conselho, onde há solicitação de voto para disponibilizar para eventuais despesas. E essas despesas que são apresentadas em solicitação de voto, como as pensamos, pensando no Orçamento de 2015? **Dr. Yazbek** – A princípio, qualquer acréscimo orçamentário, não de recursos físicos, mas de recursos monetários, vai ser feito com uma suplementação. Então, é necessário fazer uma complementação para poder agregar voto orçamentário à peça que está aprovada. No Orçamento, desde que há um empenho orçamentário, não sabemos quanto vamos ter de receita, se houver disponibilidade financeira. Ou, então, se faz uma suplementação. Só que não existe a contrapartida financeira. De uma maneira ou outra, se as secretarias tomam esse cuidado também para poder evitar que haja um conflito, em termos de haver um Orçamento super avaliado, sem a disponibilidade financeira para poder utilizar depois. **Dr. Abukater** – Osmar, só para complementar, assim como o Legislativo Municipal, que não pode votar a legislação que mexa no Orçamento da Prefeitura, a não ser quando da aprovação do Orçamento do ano anterior, seja através de emendas, seja através do que for. É o que vai acontecer este ano. Depois de estabelecido aquilo, a gestão dos recursos, ninguém mais pode gerir despesas. Ela está fixada e acabou. E jogo jogado. Se o Executivo tem

a sobre, pode remanejar. Osmar, tudo o que o senhor pensar que não esteja contemplado no Orçamento de 2015 e que gere despesas só vai acontecer por vontade executiva ou se houver caixa e ou o senhor pode trabalhar para jogar isso para 2016. **Sr. Osmar Borges** – Ou emenda específica no Orçamento. **Dr. Abukater** – Emenda específica, se passar na Câmara. **Dr. Yazbek** – Se houver excesso de arrecadação, sim. Senão, o senhor não vai conseguir mexer em nada. **Dr. Abukater** – A peça é aprovada pela Câmara. Os Vereadores podem encaminhar alguma suplementação para lá, para cá. Mas, depois de jogo jogado, acabou. O Item 5 é exatamente disso que estamos falando. É o pedido encaminhado pelo Dr. Jair, pelo Antônio Maria, da Diretoria Comercial e Social. Na gestão anterior, foram feitos dois mil contratos. Nessa gestão, já foram feitos cinco mil. São imóveis que foram transferidos para a COHAB e ela precisa chamar essas pessoas, para assinar contratos com elas. O imóvel já está regularizado. Estamos com 30 mil contratos para fazer. Uma vez feitos os contratos e regularizados, recursos para o Fundo. Mas, não temos gente para dar celeridade para desovar tudo isso. Queremos terceirizar esse serviço que significa preencher contratos, para desovar em 3, 4 meses, trinta mil contratos, porque, senão, vamos levar um ano. **Sr. Jair** – Temos aí hoje 21.860 contratos em vias de regularizarmos as ocupações. São terrenos e unidades verticalizadas. E todas estão ocupadas. Hoje, contabilizados em estoque na COHAB já temos 4.426 unidades que representam, em receita, R\$27 milhões para a companhia, já descontados os subsídios, em função da Resolução 5, da Resolução 55. Já temos mais 17.434 contratos, que estão em vias de regularização, que representam mais R\$280 milhões de receitas, também já descontados os subsídios. Então, operacionalmente, temos já serem injetados na companhia, R\$347 milhões. O custo operacional por contrato – foi feita uma estimativa – é de 1% sobre o total das receitas brutas, da receita já descontados os subsídios, o que representa algo em torno de R\$4 milhões, para regularizarmos os 21.846 contratos. E aí, o custo operacional por contrato é de R\$200, se terceirizarmos. A soma dos 21 mil contratos vai dar R\$4 milhões. **Sra. Ana Maria** – Jair, ali veio com um erro de digitação. O valor mensal é de abril de 2015 a dezembro de 2015. O ano é 2015. **Sr. Jair** – Exatamente. **Dr. Abukater** – O trabalho contratado vai desde o arrolamento no campo até a confecção do contrato. Esse é o custo estimado. **Sr. Jair** – É seria licitação. Esse trabalho de arrolamento das famílias, de fazer a abordagem no local, que são demandas antigas, de duas, três décadas, demanda em torno de 60% do tempo de trabalho da equipe. É humanamente impossível se não fizermos um trabalho de terceirização. Nós incluímos isso no Orçamento de 2015, mas, obviamente, já esperávamos, foi cortado do Orçamento de 2015. A proposta de voto é levarmos isso novamente, por intermédio da Comissão Executiva, do Conselho, à Administração e tentarmos uma inclusão que seja por lei, de uma verba extra orçamentária, porque o Orçamento, pelo que já foi dito aqui, já foi concluído. **Sr. Caio** – Na hora que todos os contratos estiverem quitados, vai haver uma receita de R\$30 milhões? **Sr. Jair** – Não. Na verdade, R\$347 milhões é o limite. Ele chega e paga a vista. Pode ser que essas receitas sejam, de início, abalizadas. Isso é o caso de São. **Sr. Florenzano** – O senhor tem ideia de em quanto tempo, mais ou menos, se paga essa despesa terceirizada? **Sr. Antônio de Oliveira** – O custo estimado, em torno de R\$200 por contrato, para licitação, por concorrência, pode ser um pouco menos. A prestação média do Fundo Municipal de Habitação, a mínima é de R\$150, com seguro. Estamos projetando que, com uma prestação e meia do retorno, já pagamos essa despesa. Mandamos, na peça orçamentária, duas opções. A primeira, com recursos da fonte 00 do Tesouro, que é mais garantida. E uma opção: se não é possível ter recursos do Tesouro, que não dá, pelo menos, o orçamento na fonte 08, que são recursos próprios do Fundo, porque aí a COHAB, como agente operador, teria uma licitação pedindo para a ganhadora uma garantia de pelo menos 60 dias, para pagar a primeira fatura e nos viramos. Agora, o que não podemos ficar é sem orçamento, porque não adianta ter dinheiro se não temos autorização orçamentária. Esse voto surgiu do GT 09, onde fui incumbido de apresentar um geral sobre a situação de comercialização. Então, 17 mil famílias foram transferidas em 2003, com o Secretário Paulo Teixeira na época. Foram as concluídas pelo extinto FUNAPs. As unidades estavam prontas e ocupadas há muitos anos. São diversas situações. A maioria é com contrato, outras quitadas, outras sem contrato. Desde 1990, ninguém mais pagou uma prestação. As famílias estão lá inseguras, envelhecendo, morrendo, sem seguro habitacional. Temos esse passivo. Ou seja, o município, o Fundo, a COHAB operadora, não cumpriram sua missão. Colocamos essas famílias lá para vender. A COHAB, o Fundo, não é para doar. Eles querem a propriedade. É um afim plano funcional, com a equipe que nós temos, dá para fazer entre 1.700 e 2.000 contratos por ano, com muito esforço e boa vontade. Levaria dez anos com muita boa vontade para concluir esse estoque. Então, essa parte, que é passível, em termos legais, de terceirização, é o que, seguindo a orientação do GT 09, eles entenderam isso como prioritário e pediram que colocássemos isso em termos de voto. **Sr. Caio** – Vou fazer um comentário muito geral. Para mim parece tranquilo a história de terceirizar. Na verdade, essa solicitação de voto nos coloca uma reflexão sobre o papel da COHAB, do Estado. Está-se retirando essa atribuição da COHAB e terceirizando. E, hoje, se vamos à Diretoria Técnica, vemos que está esvaziado. Vozé que há pessoas, mas não se percebe claramente qual o papel que a COHAB exerce hoje. Estou colocando uma discussão. Parece que, diante da situação que temos, não há muita saída, com o relato que os senhores estão dando, vou fazer mil por ano e preciso fazer vinte mil em seis meses, sete meses. **Dr. Abukater** – Ninguém consegue. O senhor vai me desculpar. Acho ótimo fazer reflexão em cima disso. O senhor mexeu comigo. Falo da Diretoria Técnica. O Presidente não liga, mas o Diretor Técnico só pegou a missão de botar 25 mil unidades na rua, sem nenhum terreno para isso. E vamos colocar, até dezembro, 25 mil unidades da Minha Casa Minha Vida, a um custo de R\$800 mil por mês, que é quanto custa a minha casa. É uma equação impossível. Uma equação que não se resolve até custa R\$3 milhões para a Prefeitura. Então, minha equipe técnica está colocando 25 mil unidades na rua para atender ao compromisso que temos com o Prefeito. O pessoal trabalha lá e muito. Tudo bem? **Sr. Florenzano** – Eu gostaria de dar a opinião de votarmos isso. Acho que ficou muito clara a necessidade e a rapidez da terceirização nesses casos. Parabenizo o Dr. João. Eu, em outras épocas, fui um contestador das gerenciadoras. E ele está fazendo com equipe própria. **Sra. Júlia** – Acho louvável a iniciativa de tentar, no menor prazo possível, lidar com o passivo. Sabemos o drama dessas famílias que querem pagar, que precisam, que querem ter segurança jurídica. Compreendo o trabalho que dá nesse 60% do custo, porque temos uma equipe também, no Escritório Modelo, que faz levante-mentos

em campo de documento e, de fato, é um trabalho enorme. Acho que não deveria investir mais na equipe técnica, porque, certamente, é mais barato equipe técnica própria do que terceirizar ou contratar gerenciadores. O Fundo já paga a COHAB para fazer serviços. Mostramos ali, no Orçamento, a gestão. Já há um pagamento à COHAB para ela fazer isso. Então, estamos pagando mais dinheiro do Fundo para fazer um trabalho que estaria no escopo do trabalho da COHAB. A COHAB, com sua própria equipe, não dão conta e precisa contratar temporário. Já que o coberto é curto e estamos aqui, no maior esforço, para gastar o mínimo de dinheiro possível, seria possível, considerando que faz parte do trabalho da COHAB, amortizar esse valor daquilo que o Fundo deve para a COHAB? **Dr. Yazbek** – Não. Primeiro, esses imóveis não são da COHAB ainda. Não estão na carteira da COHAB. Eles vieram para a COHAB. Nós não recebemos. Não existe um pagamento por conta dos mutuários para poder cobrir qualquer coisa. Eles continuam ainda como irregulares. Então, o que está se fazendo é regularizar a situação, trazendo isso para dentro da própria COHAB em termos formais. A partir daí se passa a receber. É isso que vamos fazer. **Sr. Sidnei Pitta** – Pelo que entendi, a maior parte desse percentual de unidades, que estão para se fazer os contratos, está envolvendo todos aqueles mutirões antigos, de vinte, trinta anos, que por hora não são da COHAB. Porque, na verdade, quando construíram os mutirões, não havia uma clareza se eles ficariam com a secretaria, quem iria fazer a gestão. E hoje acabou tudo isso para a COHAB. É isso? A maior receita vai vir desse bloco, então? **Sr. Antônio de Oliveira** – Claro que preferimos uma COHAB com sua própria estrutura. Só que esse é um serviço temporário porque essas unidades vieram prontas. Foram transferidas em 2003, extinto FUNAPs. Encerraramos, nem fizeram o balanço e jogaram lá na COHAB, como agente operador. Temos que procurar onde estão essas pessoas, onde estão esses conjuntos, que estão morando. Temos remuneração e, se tivéssemos uma equipe para fazer isso, e que fosse em longo prazo, que justificasse, seria melhor porque teríamos a remuneração do Fundo e ela é suficiente. O Fundo paga bem a COHAB. Só que os senhores conhecem a Resolução 20. Quando é na fase de produção, recebemos uma parte da remuneração. Quando termina, o Dr. Abukater, da área técnica, constrói e passa para o juiz comercializar, já foram recebidas em cada desembolso as apropriadas remunerações. Nesse caso, não recebemos nenhuma remuneração. Mas o problema mesmo nem é o dinheiro. O problema é a mão de obra. Temos que resolver o problema dessas famílias. Então, é um jeito mais coerente essa terceirização. O serviço é temporário. Se não fosse, o Tribunal de Contas, a própria R666, não iria permitir. Estamos pedindo porque é legal. **Sr. Sidnei Pitta** – Dentro desse bloco há empreendimentos, aqueles antigos, mas que eram da COHAB, que são da COHAB. No passado, na avaliação de comercialização e regularização dos mutirões, eles foram, alguns, com valor lá em cima. As prestações iriam ficar muito salgadas até porque não levou em conta o trabalho de 20, 30 anos, que era o trabalho humano, que as pessoas colocaram peso, reformaram a casa, fizeram tudo, que é diferente dos prédios da COHAB hoje, do Brasília, Carrão, Itaquera, que são produtos prontos. Na época havia outra característica de pagamento. Escutei o senhor falar que o pagamento mínimo era 150. Foi feito levantamento em 2003, e a maioria dos imóveis dessas pessoas, dos mutirões? **Sr. Antônio de Oliveira** – Primeiro está o voto muito claro ali. Todos os empreendimentos são vinculados ao Fundo. O voto é do Fundo a COHAB começou alguns mutirões. Esses não estão vinculados ao Fundo porque essas pessoas já pagaram. São muito, muito antigos. Agora, todos os demais, ou foram feitos no extinto FUNAPs, ou começaram na SEHAB, e alguns, na COHAB. Tanto que o município não tinha mais recursos e, quando se criou o Fundo, todos foram vinculados ao Fundo Municipal. Portanto, não há nada da COHAB aí. Quando eu falo em valores, estou falando das resoluções. Nunca foi computada num custo de mutirões a mão de obra. Agora, além de resolver o problema do custo e da capacidade de pagamento, que é estabelecido nas resoluções, há o interesse das famílias. Elas nos pediram e a maioria se enfiou em assinar. **Sr. Sidnei Pitta** – Eu defendo. **Sra. Ana Maria** – Podemos colocar em votação. Aqueles que concordam permaneçam como estão. (Pausa) Alguém se absteve? Alguém vota contra? Aprovado por unanimidade. **Dr. Abukater** – Vou pedir para me retirar. Secretário, porque tenho um compromisso. Só para fechar, a crítica é muito boa, mas quando fazemos a crítica, precisamos ver a ação e a atitude que foram tomadas no tempo. Quando foram feitas as obras do FUNAPs e dos mutirões foi numa época. Hoje é outra. Hoje o município não é responsável a forma como foi feito. O Estado nunca aprovou suas plantas, para obra nenhuma, o que deveria ser obrigatório, porque temos que dar exemplo dentro de casa. É a política não houve preocupação fundiária nem com contaminação. À época, seja da Erundina, da Marta, do Mário ou seja qual for, não passou por aqui, era outro. As obras eram feitas assim. Hoje não se admite mais. Então, aculgar tudo isso. Simplesmente estamos conseguindo desovar a regularização fundiária de algo que foi passado para o Fundo, às nossas costas. O passivo que tínhamos junto ao Ministério Público gerado é um monstro. É importante não gerar novos passivos. É melhor demorar um pouquinho mais, independentemente do afã da questão política de fazer, mas fazer direito, porque constar dá muito trabalho. **Sra. Júlia** – Se me permitirem, quero fazer um apelo à municipalidade. Uma das grandes ações das assessorias jurídicas, populares, é promover a regularização fundiária de áreas ocupadas há anos e que não têm titulação. Por incrível que pareça, em algumas ações judiciais de usucapião, a própria Prefeitura, pela sua Procuradoria, se manifesta contrária à ação, porque diz que, na dúvida, como não consegue identificar e saber se o terreno é público ou não, ela é contra. E travamos ações de regularização de área privadas por conta desse tipo de manifestação. A questão da produção irregular afeta o Poder Público, mas, mesmo em áreas privadas, encontramos dificuldade de regularizar, e muitas vezes, tenho inúmeras ações paralisadas porque a Prefeitura diz que não consegue saber se é área privada ou pública. E outra coisa para constar em ata, por favor. Havia dois votos que foram retirados da última reunião e que achei que seriam representados hoje e não foram. **Sr. Florenzano** – Quería fazer uma pergunta sobre a questão do voto do reajuste das empresas. **Dr. Yazbek** – Ana, é o reajuste da Injetal, da JM? **Sr. Florenzano** – Qualquer empresa que precise de reajuste precisa ter o reajuste. **Dr. Yazbek** – Se for isso, é preciso fazer porque estamos pagando a obra. Não temos como buscar recursos fora daqui para completar o Palacete dos Artistas e o Mêi de Andrade. **Sr. Florenzano** – É que retiraram o voto e acho que nesta reunião estaríamos votando. Acho que temos que votar rápido isso. Pode ser uma pergunta grande, mas precisa receber. Não sei se era da JM. Sei que era Injetal, um deles. O outro, que não me lembro. **Sra. Ana Maria** – São votos do João Abukater, que ele retirou da pauta. Vamos verificar com ele quando irá reapresentar. **Dr. Yazbek** – É bom ver, porque eu preciso de respaldo para poder pagar. Eu estou pagando. Senão, não faço a obra. Ele não faz a obra também. **Dr. Biasi** – Fica acertado que conversaremos com ele. Com relação ao último item da pauta, outros assuntos, alguém mais quer usar a palavra? (Pausa) Encerramos a reunião de hoje. Muito obrigado a todos.

(Encerra-se a reunião.)

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SEMCH
ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMH - 5ª GESTÃO
Data da Reunião: 16 de outubro de 2014
Local: Rua Líbero Badaró nº 504 - 10º andar - Auditório da Sala 102 - Centro - SP
Nos dezessis dias do mês de outubro do ano 2014, às 14h, nas dependências do Edifício Martelli, 10º andar, auditório da sala 102, Rua Líbero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se, para a 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Habitação - 5ª Gestão 2014/2016, conforme lista de presença, os Conselheiros (as) do Poder Público: José Floriano de Azevedo Marques Neto (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Marco Antônio Biasi (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Denise Lopes de Souza (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Márcia Maria Fartos Terlizzi (Conselheiro Poder Público/SEHAB); João Abukater Neto (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Jair José Rodrigues (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Mariana Mazzini Marcondes (Conselheiro Poder Público/SEMP/LA); Fernando José Dias Corrêa (Conselheiro Poder Público/SP/LA); Nuriá Pardilhos Vieira (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Eduardo Trani (Conselheiro Poder Público/CDHU) e Antônio Marsura (Conselheiro Poder Público/CEF). **Conselheiros (as) dos Movimentos Populares:** José de Abração (Conselheiro Mov. Populares/Assoc. dos Trab. Sem Terra Zona Oeste); José de Jesus F. da Silva (Cons. Mov. Populares/Assoc. dos Trab. Sem Terra Zona Oeste); Sidnei A. Euzébio Pitta (Conselheiro Mov. Populares/ULC); Valdeci Gomes (Cons. Mov. Populares/ULC); Benedito Roberto Barbosa (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Moradia R. Sudeste); Maria Barbosa Rocha Rastelle (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Moradia R. Sudeste); Felícia Mendes Dias (Cons. Mov. Populares/Assoc. Morar e Preservar C/HC. Conde F. I.); Carmen da Silva Ferreira (Conselheira Mov. Populares/MSTC); Eliete Calisto da Silva (Conselheira Mov. Populares/Assoc. Amigos do Jd. Ipanema); Edinalva Silva Franco Pereira (Cons. Mov. Populares/AMMPTI); Guiomar Carlos dos Santos (Conselheiro Mov. Populares/SAM/MNLM-BR); Edson Moraes Dias (Conselheiro Mov. Populares/AULFASP); Edson Moraes dos Santos (Cons. Mov. Populares/Assoc. Trab. Sem Teto Z. No-rosteste); Edmilinda das Neves Carneiro Sousa (Conselheira Mov. Populares/MDM); Fabiana Almeida Oliveira Campos (Conselheira Mov. Populares/CONSEHAB); Luiz Garcia Maldonado (Conselheiro Mov. Populares/CONSEHAB); Maria Aparecida Pontes (Cons. Mov. Populares/Assoc. Unim. de Ações Pop. da Z. Norte) e Arlindo R. da Silva (Cons. Mov. Populares/Assoc. Unif. de Ações Pop. da Z. Norte). **Conselheiros (as) da Sociedade Civil:** Júlia Azevedo Moretti (Conselheira Soc. Civil/PIUC-SP); João Santo Amore de Carvalho (Conselheiro Soc. Civil/AB-SP); Marco Antônio Florenzano (Conselheiro Soc. Civil/AMPEMC); Abelardo Campoy Diaz (Conselheiro Soc. Civil/SECOVI-SP); Rafael Borges Pereira (Conselheiro Soc. Civil/PEABIRU); Talita Alana Barbosa (Conselheira Soc. Civil/USINA); Flávio Carvalho (Conselheiro Soc. Civil/SINCOHAB); Luciana Bedeschi (Conselheira Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Dir. Humanos); Margareth Matiko Uemura (Conselheira Soc. Civil/Instituto Pólis); Antônio Carlos Dolácio (Conselheiro Soc. Civil/CREA-SP) e Nelson de Oliveira Chandelária (Conselheiro Soc. Civil/OAB). **Convidados (as):** Ana Maria Maluf Moussalli (SEMCH/SEHAB); Luiza Matilde Ataline (GARMIIC); Maria José de Barros (GARMIIC); Vera Eunice R. da Silva (COHAB); Osmar Borges (COHAB); Gerbérico Henriquez (Assoc. Moradores Jd. Edith); Edmilinda das Neves Carneiro de Faria (dos Mutirões de SP); Vera Lúcia Barros (SECHM/GAT); Nathalia Guimarães Loredo (SEHAB/ATA); Elana Gislene dos Santos (AME - UFR. Mourad. Ed. Corrois); Gilberto Santana Neves (AMTTC); Olívia Lima Santana (AMTTC); Maria da Conceição Santos (Conselheira Social/AMTTC) e Edmundo Torres (COHAB-SP). **Ausentes os Conselheiros (as):** João Leopoldo Werneck de Camargo (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Maria Teresa Soares Silveira (Conselheira Poder Público/SEHAB); Marlene Fernandes da Silva Miamoto (Conselheira Poder Público/SEI); Maria Rosa Lazhinio (Conselheira Poder Público/SEI); José Jacques Namur Yazbek (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Fernando Lopes (Conselheiro Poder Público/SEMP/LA); Rosa Maria Miranda (Conselheiro Poder Público/SEMP/LA); Helena Strada Nossek (Conselheira Poder Público/SP/URB); Rodrigo Jung Rössler (Conselheiro Poder Público/SURB); Davison Miserlan Lopes (Conselheiro Poder Público/SEI); Cristiane Genofre Zabatiero (Conselheira Poder Público/SEMDET); Alberto Kleinas (Conselheiro Poder Público/SEMDET); Marcos Rodrigues Penido (Conselheiro Poder Público/Sec. de Habitação de SP); Reinaldo Iapequino (Conselheiro Poder Público/Sec. de Habitação de SP); José Milton Dallari Soares (Conselheiro Poder Público/CDHU); Luiza Helena da Silva (Conselheira Poder Público/CEF); Rosana do Carmo Cruz (Cons. Mov. Popul./Assoc. Morar e Preservar C/HC. Conde F.I.); Jomarina Abreu Pires da Fonseca (Conselheira Mov. Populares/MMPCT); Manuel Moruzzi (Conselheiro Mov. Populares/AMMPTI); Maria Aparecida Ferreira (Conselheira Mov. Populares/Assoc. Amigos Jd. Ipanema); Leandra Gujeiv (Conselheira Mov. Populares/SAM/MNLM-BR); João Alexandre da Silva (Conselheiro Mov. Populares/AULFASP); Valmir Vaz Santos (Cons. Mov. Populares/Assoc. Moradores do Conj. Res. Paraisópolis); Edson Uryas Tomaz (Cons. Mov. Populares/Assoc. Moradores do Conj. Res. Paraisópolis); Maria Elena Ferreira da Silva (Cons. Mov. Popul. Assoc. Trab. Sem Teto Z. Noroeste); Maksuel José Costa (Conselheiro Mov. Populares/MSTC); Ercio José Rodrigues (Conselheiro Mov. Populares/MSTI); Dalva Maria de Oliveira (Conselheira Mov. Populares/MDM); Francisco C. Barros (Conselheiro Mov. Populares/Assoc. Moradores Favela Jd. Nazaré II); Alberto G. de Oliveira Vieira (Cons. Mov. Popul./Assoc. Moradores Favela Jd. Nazaré II); Luiza Naonmi Iwakami (Conselheira Soc. Civil/Centro Universitário Belas Artes de SP); Rafael Conde Macedo (Conselheiro Soc. Civil/PIUC-SP); Alexandre Aparecido Sampaio (Conselheiro Soc. Civil/AB-SP); Alexandre Marques Tirelli (Conselheiro Soc. Civil/SECOVI); Edlino Xavier Feigel (Conselheiro Soc. Civil/SECOVI); Flávio Tadeu Adriano Neli (Conselheiro Soc. Civil/AMPEMC); Hamilton de França Leite Júnior (Conselheiro Soc. Civil/SECOVI-SP); Maria Isabel N. de Sousa Cabral (Conselheira Soc. Civil/PEABIRU); Flávio Higuchi Hirao (Conselheiro Soc. Civil/USINA); Renato Roberto Ribeiro (Conselheiro Soc. Civil/SINCOHAB); Marcos dos Anjos B. dos Santos (Cons. Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Dir. Humanos); Natasha Mincoff Menegon (Conselheira Soc. Civil/Instituto Pólis); Alexandre Lopes de Souza (Conselheiro Soc. Civil/CREA-SP) e Marcelo Manhães de Almeida (Conselheiro Soc. Civil/OAB). **Ausentes justificadas:** Ricardo Rezende de Almeida (Conselheiro Poder Público/SURB); Tais Janna Tsukumo (Conselheira Poder Público/PROCENTRO) e Débora Sanchez (Cons. Soc. Civil/Centro Universitário Belas Artes de SP); Ercio Sigolo (Conselheiro Soc. Civil/SINDUSCON-SP); Cristiano Goldstein (Conselheiro Soc. Civil/SINDUSCON-SP). **Pauta da reunião:** 1) Aprovação da Ata da 2ª Reunião Ordinária do CMH realizada em 25/9/2014; 2) Representação da Solicitação de Voto CMH nº 08/2014 (3ª versão) - Minuta de Resolução do CMH referente aos Critérios Adicionais para o Programa Minha Casa Minha Vida-FAR, em atendimento ao disposto no item 4.2 da Portaria nº595/13 do Ministério das Cidades - (Conselheira Responsável: Márcia Maria Fartos Terlizzi); 3) Outros Assuntos. O Sr. Floriano dá início aos trabalhos. Sr. José Floriano – Boa tarde. **Sra. Ana Maria** – Ata da 2ª Reunião Ordinária, realizada no dia 25 de setembro. Perguntamos se alguém gostaria de propor alguma altera-

ção? (Pausa) Se considerarmos a ata aprovada, permanecem com esta. Caso contrário, manifestem-se. (Não há manifestação contrária) A ata está aprovada. O segundo item da pauta é a representação de um voto que havia sido proposto no reunião anterior, no dia 25 de setembro. É a Minuta de Resolução do CMH referente aos Critérios Adicionais para o Programa Minha Casa Minha Vida – FAR, em atendimento ao disposto no item 4.2 da Portaria nº 595/13 do Ministério das Cidades. A Conselheira Márcia Terlizzi é a responsável pela reapresentação desse voto. Com a palavra Márcia. **Sra. Márcia** – (É feita a apresentação da solicitação de voto) Essa questão do titular negro ou índio foi uma sugestão do próprio grupo e não foi consenso do grupo. E gostaríamos de trazê-la novamente e submetê-la à votação aqui, no plenário, hoje. Uma questão surgiu no grupo e quero justificar porque ela não entrou aqui, na precariedade, é a questão do incêndio. Tivemos uma discussão interna de colocar o incêndio e entendemos que não deveria já estar contemplado no desabrigamento. Quando se fala do critério nacional, ele pode ser considerado no desabrigamento, bem como no conceito de risco, em que estabelece a Defesa Civil como árbitro do que é risco ou não. Então, entendemos que a questão dos incêndios já estaria contemplada e não trouxemos essa discussão para a precariedade. A questão dos critérios, dimensões, detalhamento, aferição e toda regulamentação, estamos propondo, na solicitação de voto, que ela seja regulamentada por instrução normativa, onde consigamos esclarecer objetivamente como vamos aferir esses critérios, quais documentos as pessoas têm que apresentar. **Sr. Dito** – Duas questões não foram contempladas. O atendimento de famílias vítimas de conflitos fundiários, porque temos aqui uma dimensão que vai ser maior a tantas outras para poder pontuar e entrar no critério. E a falta também tinha mencionado a questão da vulnerabilidade química, que não vimos nos critérios, nas dimensões. **Sra. Júlia** – No Item 2, ou havia entendido aquela divisão das porcentagens. Quando eu li o Item 2 da portaria, fiquei achando que estava excluída aquela hipótese da dispensa dos critérios. Então, para que fique bem claro na redação, quero sugerir que no Item 2, onde está: "...conforme estabelecido na Portaria nº 595/13, descontadas as unidades destinadas aos candidatos, como idosos, 3%, ou deficientes, observar a hipótese de dispensa da aplicação dos critérios, no item 3.3 na portaria tal...". Porque aqui faltou. Outra questão, que a Fernanda me pediu para que falasse, é uma preocupação do pessoal que trabalha com a questão das famílias, LGTVs, de que a redação, como está titular, mulher, lésbica, gay ou bissexual, pode dar a entender que lésbica não é mulher. Então, para evitar polêmica com os grupos, ela sugeriu colocar titular mulher, independentemente da orientação sexual, e gays e bissexuais em situação de violência doméstica. **Sr. José Floriano** – Pode ser. **Sra. Júlia** – Por fim, há a preocupação com os métodos de aferição. Então, criar, pelo menos, uma possibilidade de outros métodos de aferição, porque a realidade às vezes é mais complexa do que imaginamos. Há a preocupação por que, às vezes, a pessoa não tem nenhum desses documentos previstos aqui. E aí vamos excluir ou abrir a possibilidade do trabalho social tentar identificar outro documento que comprovem a mesma situação? Se isso vai ser incluído na instrução normativa? **Sra. Márcia** – É que a ideia foi deixarmos isso, até porque não pretendíamos trazer para poder pontuar, mas a chance de dar mais qualidade para essa discussão que pode ser posterior. Dito, o senhor falou da questão de conflitos fundiários. Esse item não surgiu no grupo e não foi discutido. Com relação ao item da dependência química, ela entra também numa discussão que foi longa. Quando começamos a discutir vulnerabilidade, trouxemos o aspecto, ou seja, aquilo em que a habitação vai dar garantias, acesso a outros direitos. Isso serve inclusive para justificar a polêmica que surgiu com relação à questão de raça, como critério de vulnerabilidade. Quando colocamos a questão de negros e índios, estamos discutindo quota e não estamos discutindo a habitação como uma solução de atendimento para a situação da vulnerabilidade. Entendemos que a questão da dependência química, a casa não seria uma solução para a questão da vulnerabilidade. É uma tipologia de especificidade. Concorde com o Jairo. Na linha de prioridade que estamos adotando, a questão de raça não soluciona, não resolve a vulnerabilidade a partir da aquisição de acesso à moradia. Então, por isso surgiu a polêmica e gostaríamos de trazer ao Plenário a discussão, para votarmos. Então, retomamos essa discussão aqui, para mantermos, minimamente, na questão da vulnerabilidade, uma única diretriz. **Sr. Abukater** – O que é conflito fundiário? Se há um determinado grupo de pessoas que ocupa um terreno, independentemente de ser legítimo ou não, isso passa a ser critério? Aí vai na questão do tempo? O conflito é de cinquenta anos, quarenta anos, trinta anos, de um dia. Então, isso vai ser regulamentado por instrução normativa? Se tenho um conjunto habitacional por eu ficar pronto para quem não tem conflito social. Aí aparece um conflito social e essa questão de vulnerabilidade, porque a questão coloca na frente? Resumindo, isso é um benefício às pessoas que ocuparam, em detrimento das pessoas que estão esperando? Conheço pessoas que têm problemas de conflito fundiário no mesmo local há uns anos. É está cheio de gente que tem conflito fundiário há um dia. Quer dizer, os dois são conflitos fundiários. Aí vamos ter critério para qualificar? Não estou entendendo muito isso. Desculpe, mas é um pedido de esclarecimento. **Sra. Márcia** – Esse tema, discutimos também. O fato de alguém ocupar uma área está em detrimento de alguma outra entidade, de algum outro grupo, dá direito sobre outro, com relação à priorização? Isso não surgiu como algo que pudesse ser tido como critério. Então, isso, de pronto, achamos por bem não declinar como critério municipal, tanto é que essa questão dos conflitos fundiários vai aparecer nos critérios do FDS. E as famílias que apresentam como critério para priorizar no atendimento, no chamamento para o FDS, aquelas famílias que já ingressaram, se manifestaram, têm prioridade em relação às outras. Então, houve essa discussão, mas não pelo Poder Público; sim, pelo FDS. Não descartamos, mas deslocamos essa discussão para o FDS. **Sra. Luciana** – Precisamos conversar sobre conflitos fundiários. O Conselho instituiu o GT de Conflitos Fundiários e esse GT teve dificuldades de se reunir. Acho que é importante reunirmos esse GT de Conflitos Fundiários talvez com o GT Demanda. Mas, de qualquer maneira, precisamos ter o GT de Conflitos Fundiários um pouco mais atuante, até para poder responder a questão que o Dr. Abukater coloca. Precisamos responder sobre conflitos fundiários, que têm tipologias, formas de regulamentação, que atendem, em função, há de se pensar e responder a esses conflitos fundiários numa frase. **Sra. Ana Maria** – O que a Luciana está falando é que o GT de Conflitos Fundiários faça uma reunião, que até agora não aconteceu, por falta das pessoas que se inscreveram, que não apareceram no fórum. Houve uma perda nesse sentido. **Sra. Luciana** – Nesse sentido quero precisamos discutir conflitos fundiários e reforçar que ontem saiu a notícia do atendimento às reintegrações de posse das áreas municipais, e aí penso que é interessante um GT de Conflitos Fundiários também se reunir para ver como é que essa comissão especial vai atuar, acompanhar, enfim, poder participar também dos trabalhos dessa comissão. Temos bons motivos para o GT se instalar e temos dois bons assuntos para discutir. **Sra. Ana Maria** – Respondendo à Luciana, a Secretaria Executiva procurou incluir e marcou as datas das primeiras reuniões de todos os GTs.

Aqueles que não puderam realizar as reuniões nas datas que foram programadas, a Secretaria Executiva pediu que esses temas fossem discutidos em reuniões posteriores. Esse GT de Conflitos Fundiários sistematicamente não tem tido quórum. Então, fazemos um apelo a todos que se inscreveram e aqueles que não se inscreveram, mas que quiseram se inscrever, que nos informem a data de preferência dessa reunião, para atender ao que a Conselheira Luciana está pedindo. **Sr. Jairo** – Antecedente vimos publicado um decreto do prefeito em que ele trata exatamente das reintegrações de posse de imóveis públicos e privados. No decreto, não estaria suprida essa questão dos conflitos fundiários como critério? A segunda questão que coloco é em relação à quota para negros e índios, na verdade, como critério. Na minha concepção, vejo isso um pouco excluído para as demais etnias. E, nesse ponto, vejo como inconstitucional. E o terceiro ponto: gostaria que a Márcia esclarecesse a respeito do cadastro da COHAB, dentro do que seria o remanescente após a utilização dos critérios. **Sra. Júlia** – Com relação a conflitos fundiários, que foi colocado o que são, posso trazer uma contribuição acadêmica. Existe um observatório de conflitos fundiários na Universidade Federal do Rio de Janeiro, que tem toda uma definição científica do que sejam conflitos fundiários. Então, não é um conceito que estamos tirando da cartola. É uma definição que já há inclusive trabalhos científicos sobre ela. Segundo, pela própria definição, ela é muito coerente com todas as normativas internacionais e nacionais sobre o direito à moradia adequada, que tem como um de seus componentes a segurança jurídica na posse, que significa a proteção contra despejos forçados, despejos forçados. Então, conflitos fundiários nada mais são do que pessoas que se encontram em situação em que correm o risco de sofrer um despejo sem qualquer fundamento. Isso se dá de ações de reintegração de posse, despejos, ações administrativas. Às vezes, ações de desapropriação em que uma família que antes tinha uma condição de abrigo, ainda que precária, informal, está sendo privada ou desalojada desse abrigo por um motivo alheio a sua única e exclusiva vontade. É um conceito científico, normatizado nacionalmente e internacionalmente. Estamos falando de um conjunto de critérios que somam pontos. E, na hora que o Dito traz, a Sociedade Civil e os Movimentos trazem a preocupação com essa condição de conflitos fundiários existentes, que acabei de definir, o que estamos dizendo é que nesta condição a posse somaria um ponto nesse monte de critérios. Se ela não estiver em nenhum outro critério, certamente, ela não vai furar nenhuma fila. E também não vai ficar na condição preferencial. Por fim, sobre os titulares negros e índios, vou de fato me render ao que o grupo definiu. Acho que faz sentido. Se o foco da vulnerabilidade são condições em que a habitação é um fator de melhoria da condição de vulnerabilidade, e aí dependência química não é determinante para isso, de fato, nessa outra lista que temos aqui, negros e índios, também a moradia não é determinante para melhorar a vulnerabilidade. Por uma questão de coerência, ou abrigamos todas as demandas de vulnerabilidade social, ou adotamos uma diretriz. **Sr. Dito** – Outro dia, elogiei o Abukater, mas hoje vou fazer uma observação, porque não entendo, com tantos anos na área de habitação, o que são conflitos fundiários, pelo amor de Deus! Os critérios que estamos colocando aqui são somados e serão analisados por um critério técnico. Preciso deixar bem claro que não vou render ao que o grupo definiu. Acho que faz sentido. Se o foco da vulnerabilidade são condições em que a habitação é um fator de melhoria da condição de vulnerabilidade, e aí dependência química não é determinante para isso, de fato, nessa outra lista que temos aqui, negros e índios, também a moradia não é determinante para melhorar a vulnerabilidade. Por uma questão de coerência, ou abrigamos todas as demandas de vulnerabilidade social, ou adotamos uma diretriz. **Sr. Dito** – Outro dia, elogiei o Abukater, mas hoje vou fazer uma observação, porque não entendo, com tantos anos na área de habitação, o que são conflitos fundiários, pelo amor de Deus! Os critérios que estamos colocando aqui vão colocar vantagens para que a pessoa seja prioritariamente escolhida, independentemente de fila. Cada critério vai pontuar. Concorde com o Jairo, não só pelo registro, mas eventual inconstitucionalidade, mas é porque vamos discriminar a questão de acesso à habitação pela questão racial. E discutimos uma coisa super importante que é colocar as pessoas pela prioridade da moradia. Estou entendendo que o Dito está propondo, que é uma proposta que discutimos no grupo: algum excesso e cortiços. Foram as duas coisas que todo o grupo achou que eram as coisas prioritárias, ou seja, vulnerabilidade habitacional; não só vulnerabilidade social. E, claro, porque isso atende as demandas mais prejudicadas em relação à habitação, fora as outras de risco, etc, que já entram para o critério nacional. E outra discussão era sobre a questão do despejo, involuntário ou não, que não era precedente colocar no critério habitacional, porque há uma série de dificuldades com relação a esse critério. Então, não vou pelo registro, enfim, e que colocaria para a sociedade uma discussão dizendo: "Quem ocupa e está em risco, ou ocupa por qualquer razão, é prioritário aos demais, da sociedade, que estão no aluguel ou em outras situações". Por isso no grupo se tirou a questão. Então, não concordamos com o critério racial por ele diferenciar as pessoas para ter acesso a casa, e que gera, como disse o Jairo, discriminação de uma ou outra raça. Até porque diminui o peso das outras vulnerabilidades. Agora, a sua questão, Dito, podemos continuar discutindo. Estamos abertos. Mas acho que teria que focar na questão do despejo. Acho difícil de ser fazer uma distinção. **Sra. Nilda** – Boa tarde. Entendemos que as ocupações que são consolidadas também serão atendidas nos 47%. Essa foi à compreensão do grupo. Podemos debater a questão dos conflitos fundiários. Não podemos comparar uma ocupação de um ano, dois anos, com uma área consolidada. Então, se temos uma ocupação consolidada, acho que não tem que haver distinção. Uma ocupação consolidada tem que ser considerada nesse critério aqui dos 47%. E concorde plenamente, e no grupo também defendi, que esse critério de raça não é critério para ser utilizado para a questão de indicação de atendimento habitacional. Nós, que trabalhamos como Movimento de Moradia, sabemos que esse é um critério que vai dificultar ainda mais para nós, porque, quanto mais critérios criamos, mais dificuldades de atender à nossa demanda, dos movimentos, famílias em situação precária, com renda baixa. Então, quanto mais criamos critérios, que excluem mais as nossas famílias, dificulta mais o atendimento para as famílias organizadas nos Movimentos de Moradia. Então, essas duas observações. Concorde com o Jairo. A questão dos 47% e o critério a questão racial, estamos de acordo. **Sra. Mariana** – No grupo, a discussão racial foi feita no sentido de entender que a questão racial é tão estruturante nas desigualdades, que as pessoas sofrem tanto racismo, que sofrem situação de vulnerabilidade sócio econômica. E aí o trabalho com esse critério traria outro efeito que a questão racial é vulnerável. Não estou fazendo uma defesa. Estou trazendo os argumentos que foram apresentados porque achei que ficaram pouco representados nas falas aqui. A segunda questão, em relação aos conflitos fundiários, discutimos esse ponto. Quando encaminhamos essa proposta, começamos a discutir as questões do Minha Casa Minha Vida. Então, acho que há um argumento que foi colocado, de

é interessante, e discutimos bastante no grupo. Foi muito forte o argumento de que o problema de trabalho em conflito é que não trabalharíamos a questão do tempo. Ou seja, se há movimentos que têm uma relação com aquela área há trinta anos, que fossem despejados, e algum movimento ocupasse nesse período e ficasse dois dias por saber que aquilo poderia priorizar, isso poderia, na realidade, criar uma situação, que nem sequer atenderia o que de fato queria atender, que era a ideia de priorizar quem está na área, tal qual o critério nacional coloca. Se por para trabalhar com essa ideia, temos que pensar um pouco nisso, se também isso, de certa forma, não estimula um conflito de ocupações em relação a áreas onde as pessoas já têm atuado, já estão lá consolidadas. De novo: não estou colocando argumentos. Só estou trazendo questões que foram discutidas no grupo. **Sr. Abukater** – Quando falamos em fila, tratamos aqui e é uma coisa. Lá, fora, todo mundo fala em fila! A fila dura pensa que há fila. O Ministério Público pensa que há fila. O juiz pensa que há fila. Entre o que se fala aqui e o que se entende lá, fora, existe uma distância. Isso vale para todas as matérias. Os comentários sobre a questão dos conflitos fundiários foram de duas naturezas. "Abukater, muito me surpreende que você, que está há tanto tempo dentro disso, não entenda!" Isso foi um comentário desleal e objetivo. O segundo foi também, mas de outra forma: acadêmico. Quando fiz a colocação, foi no sentido de provocar uma discussão de três pontos. Primeiro, a companhia diz que o GT Conflitos não se reuniu. Segundo, o decreto do Prefeito publicado, que não era de conhecimento dos senhores, e acho que hoje talvez não seja, quando esse critério foi colocado. E o terceiro e mais importante, a questão do conflito já está contemplada no critério nacional. Então, meus queridos amigos e companheiros de luta de muitos anos, fiquei magoado. Dito, Professora da PUC ficou magoado. Porque fiz uma colocação com um objetivo. E da mesma forma que lá fora não entendem o que é fila, os senhores não entenderam. Eu quis provocar uma matéria porque obviamente existe um conflito. Quer dizer, definir o que é conflito é fácil. Só estou dizendo isso aos senhores pelo seguinte: isso é uma fórmula matemática e no afã da discussão em cada grupo, as pessoas começam a levantar critérios porque se lembram de várias coisas e acabam diminuindo o peso do item de vulnerabilidade. Na hora da aplicação, vocês estão diminuindo o peso dos próprios critérios que estão colocando lá. Ou seja, tirou no pé. **Sra. Márcia** – Bom, com relação à lista da COHAB, existe uma lista de demanda, e até dia 25 de novembro, se não me enganar, ela vai estar publicada. Existem também os critérios e todos que constarem dessa lista vão estar submetidos aos critérios que vamos votar aqui. Então, a fonte de onde vamos aplicar, onde vamos aplicar, é a partir dessa lista, lembrando sempre, desde o primeiro momento, que existe um critério de corte de até R\$ 1600,00. Temos 130 mil inscritos e provavelmente vamos submeter isso a 40 ou 50 mil pessoas que estão na lista com isonomia de direitos a participar dessa seleção, sem nenhum critério, a não ser esses de priorização. Hoje temos atualizadas 130 mil famílias e temos uma conta preliminar que apenas 40% ou 50% têm renda até R\$ 1600,00. Então, vamos submeter esses critérios a essas famílias que ganham até R\$ 1600,00. Pedimos que todos entrem constantemente no site e atualizem seus dados, com informações. É importante atualizar a lista de demanda, não significa que automaticamente vão receber uma casa. Serão submetidos à análise de documentos e de todos os comprobatórios de que eles realmente atendem a esses critérios que estabelecemos. Por isso, usamos a portaria, para deixar claro como vamos aferir isso, depois que as famílias forem selecionadas. As informações prestadas são de total responsabilidade de quem está informando e a aferição dessas informações vai ser feita, claro, quando forem sorteadas. Uma vez que não comprovem esse direito, sorteamos novamente para compor. Quem estiver lá, não importa se se cadastrou em 1972 ou agora, vamos manter da mesma forma, por orientação do Ministério, porque não existe possibilidade de colocar temporalidade como critério de inscrição. A questão da documentação, vamos trazer e vamos fazer a discussão. Podemos levar para o Grupo Demanda, para fazer a documentação. Então, vamos trazer e vamos fazer a discussão de cada um dos critérios. Não vou pelo registro, mas vou fazer a comprovação dos critérios e deixar bem claro o que significa cada um. E o entendimento que temos é que as vítimas de conflitos fundiários, em boa parte, já foram atendidas nos 47%, na questão da vulnerabilidade, ou seja, quem sofre conflito fundiário já está pontuando. Mesmo se acrescentarmos, não pontuaria mais porque já está pontuando, pela questão da vulnerabilidade. Entendemos também que a questão da precariedade do ponto de vista de quem está sendo despejado de cortiços ou de aluguel também já está contemplada na discussão da precariedade. E existe entendimento, apesar de que não é muito objetivamente claro, de que o desabrigamento também poderia ser encarado como uma forma de contemplar as vítimas de conflitos fundiários, apesar de que esse critério não vai ser utilizado. Então, gostaríamos de fazer bem muito bem no desabrigamento. Então, gostaríamos de trazer o entendimento de que a questão dos conflitos fundiários, não entraria como critério nesse momento. Ela passaria para o FDS uma vez que iria pontuar e ela não se enquadraria no que estamos entendendo como vulnerabilidade e nem precariedade, ou seja, ela já está contemplada. Ela não é algo que some ou que vá dar pontos a mais em determinadas situações. **Sr. Caio** – Não entendo que conflitos fundiários ou esse debate esteja nos critérios nacionais. Incêndio, sim. Em desabrigados por desastre, talvez incêndio entre. A outra coisa é o seguinte: o critério negro, entrando no critério adicional, não é quota. Quota é 3% de idoso, 3% de deficiente. **Sra. Márcia** – Eu sei. Foi só para explicar. **Sr. Caio** – A questão é colocar o negro e índio como critério de uma questão de reconhecimento que a Prefeitura faz na leitura das políticas de igualdade racial, defendendo já a manutenção do negro e índio como critério. Agora, acho que algumas falas levaram a essa ideia de que o desabrigado estaria na verde do gráfico. Fiquei com essa dúvida. **Sra. Márcia** – Na verdade, levantamos essa discussão do que seria o critério de desabrigamento. E se comentou que isso também poderia ser. Mas o ponto de vista do incêndio, é claro que ele entra no desabrigamento. Por isso, cancelamos. A questão do conflito, seria forçar o entendimento, que não está claro ainda. **Sr. Dito** – Acho que pelo menos tem que aparecer, de alguma forma, alguma referência ao tema dos conflitos fundiários, se não nas dimensões, ao menos, nas considerações. A segunda questão é a questão da instrução normativa, que vamos trazer e vamos discutir essas questões com o Ministério Público. Acho que tem que chamar o Ministério Público aqui, Secretário, e a Promotora de Habitação e Urbanismo, para fazermos o debate sobre conflito, ocupação, ações de despejo, que essa cidade está explodindo por todos os cantos, por causa da especulação imobiliária. E não tratar a ideia de ocupação se fosse um bando de pessoas criminosas que querem se subverter a lista e a fila da moradia da habitação na Cidade de São Paulo. Acho que temos que fazer o debate sobre o que está acontecendo na Cidade de São Paulo, em relação aos conflitos, em relação às ocupações dos sem-teto, em relação à violência da Polícia Militar, em relação à forma como a Prefeitura, o Estado e o Governo Federal enfrentam o tema dos conflitos fundiários. Temos que olhar de frente para essas questões. Não dá mais para ficarmos dando o tempo. "Como é um problema de despejo, de

ocupação de sem-teto, resolvam vocês lá, na fila do FDS". Não pode ser assim. Não podemos mais ter os movimentos de moradia como criminosos, como bandidos, como baderneiros, como vândalos, porque o movimento decidiu fazer ocupação e enfrentamento à especulação imobiliária nessa cidade. Evidentemente, isso não justifica e nem está justificado que aquela ocupação, que foi feita na semana passada, vai entrar na frente de uma família que está há anos, como na urbanização da Favela da Vila Prudente, ou de Paraisópolis, ou de Helópolis. Temos condições de fazer esse debate e isso reflete. Por isso, estou aqui apelando, abrindo mão evidentemente da inclusão na dimensão e tudo mais, mas, pedindo que, pelo menos, se inclua nos "considerandos", para fazer um link com esse debate. **Sra. Margareth** – Só a título de esclarecimento, aquele critério do Governo Federal não inclui os conflitos fundiários. Há uma demanda muito grande nessa categoria. Como há outros critérios, acho importante colocarmos isso em votação. Só reafirmando pensando que vamos ter uma demanda muito grande de despejos forçados e o critério nacional não atende. **Dr. Biasi** – Lembrando que o cadastro tem uma cronologia. Se as famílias tiveram o mesmo critério de pontuação, o critério está dentro do Governo e faz-se sorteio. É o sorteio que define. A família pode ter entrado no cadastro a semana passada ou há oito anos. Nesse sentido, a fila não é remediada. Esse é o processo. Gostando ou não dele, esse é o processo. **Sra. Luciana** – Acho importante algum lembrete sobre a discussão de conflitos fundiários. Qual é a tipologia de conflitos fundiários na Cidade de São Paulo? Há várias. Então organizamos? Não sabemos. Então, não temos indicadores de conflitos fundiários. Toda reunião que acontece envolvendo Polícia Militar para acompanhar e promover ação de despejo e reintegração de posse, na cidade, tem a presença de um técnico da SEHAB. Esses dados estão organizados? Não sei. Porque o técnico da SEHAB sai dessas reuniões com a informação de que fará o cadastro. Esses cadastros estão organizados? Não sabemos. Então, quando falamos de conflitos fundiários, falamos de um campo que é nebuloso, que precisamos considerar, ver os indicadores da cidade atualizados, para que possamos fazer a discussão das vítimas de conflitos fundiários, e em que medida estão atendendo ou não a critérios. Acho que é preciso dar uma força para o GT Conflitos Fundiários, para ele funcionar e poder produzir essas informações que precisamos, até para colaborarmos nessa discussão que precisamos fazer sobre a inclusão de conflitos fundiários como critério, ainda que tenhamos que reaver a resolução. **Sr. Sidnei** – Enquanto não houver uma produção habitacional em longo, médio prazo, vai haver conflito. E acho que esse GT tem que começar a mapear onde estão os gargalos dos conflitos, para que, no mínimo, amenizemos a situação de conflitos nesta cidade. **Sr. José Floriano** – Vamos colocar em votação tudo o que conversamos aqui, democraticamente. As observações foram de muita valia, a contribuição de todos os conselheiros, enriquecendo o debate de habitação. Agora, chegou a hora de votarmos. Se houver alguma objeção, a pessoa se levanta e faz uma observação contra. Vulnerabilidade social como sendo um critério municipal. Alguém está contra essa decisão. (Não há manifestação contrária) Então, esse item de critério de vulnerabilidade social está aprovado, como critério municipal. Dentro da vulnerabilidade social, pelo que percebo, só está existindo a questão do negro e índio, não há uma questão racial. Você quer que continue essa classificação ou vamos retirá-la e os demais itens continuam? Quem é contra a continuidade do item fora o favor de levantar a mão. Quem quer que elimine o item titular negro ou índio? **Sra. Ana Maria** – Vamos pedir para quem é conselheiro titular, ou conselheiro suplente, cujo titular não esteja presente, que não quiser incluir a questão racial dos negros e índios, que levante o critério. (Pausa) São 13 que pedem para retirar o item. **Sra. Ana Maria** – Quem vota pela manutenção do item? Quem é a favor de manter levante o critério. São 15 votos. E abstenção? Não há abstenção (os demais conselheiros que assinaram a lista de presença e com direito a voto não se manifestaram). **Sr. José Floriano** – Pode ser que alguém tenha se ausentado. Então, o titular negro e índio continua como critério, vou fazer uma questão social, pelo voto democrático feito pelo Conselho. O segundo item é precariedade habitacional. Alguém é contra o item? (Não há manifestação contrária) Ninguém. Alguém é contra o esclarecimento de abusos excessivos de aluguel e a questão dos cortiços? (Não há manifestação contrária) Então, concordamos aprovado o item precariedade habitacional, como está. **Sra. Júlia** – Sugiro incluir como uma dimensão aqui famílias vítimas de conflitos fundiários, como uma dimensão dentro desse item. Para contemplar as falas aqui. **Sr. Abelardo** – Esses temas foram exaustivamente discutidos no GT. Parece-me, na hora da votação, inapropriada uma proposta sem a menor capacidade de reflexão. Se ela desejar levar isso adiante, que faça uma proposta para modificação do que hoje foi aprovado. Não há sentido trazer no afogadinho, na hora da votação. Desculpe-me. Não consigo considerar a qualidade da proposta, se é boa, se é ruim. **Sr. Marsura** – Acho que não podemos votar dessa forma, inclusive, é necessário que se tenha uma definição clara do que vai estar contemplado nesse item. Por exemplo, tivemos, no final do ano passado, duas mil unidades habitacionais, prontas, para serem entregues, que foram invadidas. Todas as famílias passaram pelos critérios. Os legítimos beneficiários estavam aguardando. E eles precisavam tanto ou mais do que aqueles que invadiam. Eles passam, então, a ter prioridade no atendimento? Não há sentido. **Sr. José Floriano** – Fica definido, então, que qualquer observação fora da pauta poderá ser discutida futuramente, oficialmente, protocolando o pedido. Podemos incluir em nossas votações. **Sra. Júlia** – Não há intenção alguma de deslegitimar o GT. Se o trabalho de todos os GTs é trazido para cá, para o Conselho, para sugestões e tudo mais, acho que está é um espaço legítimo. Agora, se não há acordo também, desde que exista a possibilidade, na instrução normativa, desse tema ser discutido, pouco me importa se aprovamos isso, e aí, como instrução normativa, não vai haver mais nada que não se enquadre nisso, até porque tudo isso vai ser regulamentado em instrução normativa. **Sra. Ana Maria** – Só queria lembrar aos senhores que na reunião do dia 25, foi feito um pedido para que todos os conselheiros, que tivessem interesse em dar sugestões, as encaminhássemos através da Secretaria Executiva, ou que fossem participar da reunião do Grupo de Trabalho, para que não acontecesse isso, de última hora, se tentar incluir alguma coisa. Agora, como a Júlia está falando, uma instrução normativa, ela pode fazer parte da resolução. Não consigo considerar a qualidade da proposta, se é boa, se é ruim. **Sr. Marsura** – A questão é a implementação do trabalho da demanda, que acho que é uma complementação do trabalho deles. **Sr. Marsura** – Esse tema não está bem esclarecido para todo mundo. Discuta isso, aprofunde isso, e se houver uma proposta possível de ser analisada, traga de volta para incluir como critério. Não há problema algum nisso. Não precisamos resolver isso hoje. Estamos fazendo um critério para esse momento. No futuro se pode mudar esse critério. **Sr. José Floriano** – Perfeito, Marsura. Vamos fazer isso? Qualquer discussão poderá ser feita a qualquer tempo, oficialmente. Passa-se para todos entenderem melhor o assunto, caso a mais análise. Este fórum aqui é para isso. Em qual tempo tem de ser alterado qualquer decisão. **Sr. Dito** – Primeiro que estranhei a forma de encaminhamento do voto porque a sugestão que fizemos aqui foi que entrasse nos "considerandos". Não é nem no di-

menção. Concordo com o senhor, podemos fazer depois uma proposta de voto para a questão, mas, nesse momento, não podemos colocar nos "considerandos" esse tema. A segunda questão que queria sugerir é que o GT possa funcionar para construir um entendimento sobre o que são conflitos fundiários. E, Abukater, não queria lhe ofender, peço desculpas porque é tão conselheiro quando eu aqui e se sente ofendido. Estamos fazendo um debate democrático. É a última questão: GT é GT, Conselho é Conselho. Evidentemente, no GT podem discutir todas as questões, debater, aprofundar, receber proposta, mas, quem vai decidir, proferir, acrescentar, tirar, anular, suprimir, é o Conselho. Senão, dá a impressão que definiu lá, no GT, e não pode mudar nada aqui. **Sr. José Floriano** – Concluindo, o item 2, precatória habitacional, está aprovado da forma como foi apresentado, integralmente, na proposta do GT. Item 3. A família que é residente ou trabalha no distrito influencia ou interfere no empreendimento, ou seja, a quem é territorialidade. Alguém se manifesta contrariamente a esse item? (Não há manifestação contrária) Consideramos aprovados esses três itens, como questões de critérios municipais para a lista de demanda habitacional do Município de São Paulo. Aprovado por este Conselho. **Sr. Abukater** – Evidentemente, este é um fórum e não é porque veio do GT que deva ficar igual, etc. Mas, por uma questão de bom trabalho, há regra para o Conselho funcionar. A forma de trazer as coisas para o Conselho, se um assunto está sendo votado, que veio já amadurecido do GT, e alguma coisa tem para se acrescentar, em respeito aos outros conselheiros, essa discussão deve ser mais detalhada. Então, é uma questão de regimento temos algumas regras de procedimento porque o Governo está discutindo democraticamente. O Governo tem maioria no Conselho, está debatendo, discutindo. Não há posição fechada. Votaria a pena as pessoas que mais se manifestam dar uma olhada no regimento para nós, quando fomos fazer as sugestões, damos tempo, em determinados assuntos mais complexos, para detalhar. **Sr. Caionessa** linha do regimento, acho que algumas falas me deixaram confuso. Estamos aqui para aprovar e aprovamos agora o voto, do jeito que está. Agora, vou ficar bastante preocupado se aparecer uma instrução normativa diferente do que votamos aqui. Então, não temos um espaço para mudar a instrução normativa fora daqui. Algumas falas foram nesses sentidos. **Sr. José Floriano** – Isso tem que passar por votação. **Sra. Ana Maria** – Se construir uma instrução normativa, ela vem para cá. **Sra. Verônica** – Não sou conselheira, mas participei deste grupo, em todas as reuniões, com a Márcia e todo o pessoal, e digo que fomos contra essa questão, não porque somos contra o negro, mas por tudo que aquilo que foi dito. Agora, essa questão fundiária, vem de muito tempo, de anos. Quando eu estava no Conselho do Ministério das Cidades, falava-se do conflito, que tinha que discutir. Foi chateada porque acho que aqui, neste grupo, não é lugar de discutir conflitos fundiários. Havia um grupo para ser discutido. Havia grupo para se discutir lá e trazer a discussão para dentro. Não dentro do grupo que está discutindo demanda! Se há uma ocupação e as pessoas que estão nas ocupações se encaixam dentro desses critérios, estão dentro! É um golpe? Se for para ser um golpe de colocar ocupação como critério e não fortalecer o movimento junto com o Conselho, aí mudamos a forma de agir, ocupando prédios, terras. Vamos ter muita coisa. Isso, Sr. Caionessa, obrigado. **Sra. Márcia** – Só quero esclarecer que houve algumas solicitações de alteração de texto. Estamos entendendo que são consensuadas. Se não forem, podemos fazer uma votação simbólica. Foi sugerido mudar a titular mulher, independente da orientação sexual, gays, lésbicas, bissexuais, em situação de violência doméstica. Foi sugestão da Conselheira Júlia. Ela também sugeriu alteração de texto, conforme estabelecido na Portaria nº 595, deficientes, 3%, observada dispensa de aplicação dos critérios objetos do item 3.3 da Portaria nº 595, que é na sequência. E também existia uma solicitação de colocar nos "considerandos" a questão dos conflitos fundiários. Estou entendendo que essa nova redação está aprovada por todos. Podemos considerar isso? **Sr. Dito** – Podemos. **Sr. Caio** – Márcia, tenho só uma observação aqui também na redação. Aqui, em algum lugar, tem três salários mínimos, acho que tem que ser até R\$ 1600,00, não até o limite da faixa única, porque três salários mínimos saem do corte. **Sr. José Floriano** – Perfeito. Essa colocação é boa. **Sra. Márcia** – Na verdade, efetivamente, o fato de estar aqui é um conceito explícito do IBGE. Por isso foi adotado. **Sr. José Floriano** – Colocamos até a faixa 1. **Sra. Ana Maria** – O próximo item é outros assuntos. Há algum conselheiro que queira fazer uso da palavra? **Sr. Abukater** – Eu queria pedir autorização a este Conselho para incluir um extra pauta, e para que os senhores possam deliberar, vou dar uma explicação. Costuramos aí uma solução para um problema muito sério que envolve um empreendimento que pretendemos terminar para que as famílias possam passar o Natal em casa. Não sei mais se vamos ter tempo até o Natal. Mas isso foi costurado e queria, se os senhores autorizarem, que o Edmundo explicasse qual a proposta da entidade, mas queria que a COHAB fizesse a apresentação, que é do Conj. Habitacional Recanto da Felicidade. **Sr. Edmundo** – Já votamos no Conselho um aporte financeiro do FMH para finalização do Conj. Habitacional Recanto da Felicidade. Já foi aprovado. São duas parcelas de R\$ 542 mil, que foram aprovadas. Porém, para a COHAB repassar o recurso, a associação tem que estar com sua realidade fiscal plenamente em dia. Como é uma certidão do INSS do Recanto da Felicidade em aberto e eles não têm o recurso para essa certidão, estamos propondo que a COHAB, dentro dos recursos já aprovados, pague essa certidão negativa da associação e ela receba o restante dos recursos, para finalizar o empreendimento habitacional do mutirão, conforme convênio original. Então, é um voto apenas para que a COHAB possa efetuar o pagamento da dívida e repassar o restante dos recursos para a associação, em duas parcelas. Isso não altera o valor aprovado para a associação, pelo Conselho. É apenas uma forma legal de viabilizar o repasse dos recursos para a associação finalizar o mutirão. Então, a associação prevê finalizar a obra dentro dos critérios. **Sr. Marsura** – O que sobra é suficiente? **Sr. Edmundo** – Sim. A área técnica da COHAB, de Superfície de Obras, de Movimento e a área financeira, chegaram a essa equação para viabilizar o repasse do recurso, no sentido de que tenhamos condições de terminar 120 unidades habitacionais. Quarenta já estão concluídas. **Sr. Abelardo** – Queriu ouvir o posicionamento da Assessoria Jurídica da Secretaria sobre isso, para ver se é possível fazer esse pagamento. Sem o posicionamento da Assessoria Jurídica não podemos nos posicionar agora. **Dra. Vera** – Foi consultada antes pelo Dr. Biasi. O que está sendo feita é uma operação contábil. É um dinheiro que está destinado a esse mutirão, que vai ser adiantado. Eles vão pagar o que devem, mas isso vai ser descontado ao final. Então, não existe problema jurídico aqui. Agora, a operação contábil, precisa ver como será feita. **Sr. Abukater** – Dr. Abelardo, o senhor se dá por satisfeito? **Sr. Abelardo** – Sim. **Sr. Caio** – Só para ajudar a esclarecer. Essa obra está parada desde 2011. Falta pouco coisa para terminar. São três torres de 10 andares, com elevador. É 90% do déficit dessa obra, que gerou esse adiantamento, de furto de despesa de canteiro, de tempo da obra mesmo, porque o convênio é de 99, a obra foi assinada em 2003, e desde 2003, só 40 unidades concluídas e há 120 que não foram concluídas. Então, essa estava tudo certo para ser liberado esse recurso, há cerca de duas

semanas, e aí apareceu essa pendência e foi essa urgência que fez trazer esse voto extraordinariamente. O regimento fala de quinze dias úteis, mas foi esse o motivo da urgência. **Sr. Edmundo** – Esqueci de fazer um esclarecimento. São duas parcelas. Se a associação não receber essa, não recebe a segunda. Uma coisa está vinculada à outra. E esse recurso que eles estão devendo é de contribuições previdenciárias de funcionários da obra, pessoas que trabalharam na obra. A associação tem que pagar. Então, são recursos da própria obra que tem que ser finalizados. A associação, para poder finalizar, precisa pagar o que o Abukater diz, R\$ 80 mil. E vai finalizar a obra. As outras certidões estão todas em dia. **Sr. Dito** – O voto chegou agora, mas o problema é antigo. E precisamos resolver definitivamente todos esses mutirões e todas essas pendências que têm. Estamos defendendo a imediata conclusão tanto do empreendimento, do Recanto da Felicidade quanto do União Vencermos. Pedimos que apóiem para que o Movimento possa concluir esse empreendimento o mais rápido possível. **Sr. José Floriano** – Perfeito. Se alguém não concorda, manifeste-se. Senão, consideramos aprovado esse voto. (Não há manifestação contrária) Voto aprovado. Muito obrigado, pessoal. Até a próxima reunião. Hoje foi muito bom. Agradeço a presença de todos vocês. (Palmas) (Encerra-se a reunião).

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SECMMH
EXTRATO DAS DELIBERAÇÕES DOS MEMBROS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO CMH NA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA – GESTÃO 2014/2016

Data: 26/11/2014 Horário: 14 horas
Local: Rua Líbero Badaro nº 504,-11º andar sala 114- Sala de Reunião Edifício Martinelli
1 – Aprovação da Ata da 2ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do CMH realizada em 14/10/2014.

Deliberação: Aprovada por unanimidade pelos participantes da reunião.

2 – Solicitação de Voto CECMH nº 09/2014 – Autorização para utilização de áreas de propriedade da COHAB-SP como contrapartida do Município de São Paulo, para a construção de empreendimentos habitacionais por meio do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades- PMCMV-E, com recursos do FDS, e mediante reposição dos valores de avaliação das áreas com recursos do FMH, (Conselheiro Responsável: João Abukater Neto).

Deliberação: O Conselho João Abukater Neto, responsável por essa solicitação de voto, retirou a matéria da pauta dessa reunião.
3 – Solicitação de Voto CECMH nº 10/2014 – Autorização para utilização de áreas desapropriadas com recursos do FMH e imóveis vinculados ao FMH para a construção de empreendimentos habitacionais por meio do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades- PMCMV-E, com recursos do FDS (Conselheiro Responsável: João Abukater Neto).

Deliberação: Aprovada por unanimidade pelos participantes da reunião a autorização para utilização de áreas desapropriadas com recursos do FMH e imóveis vinculados ao Fundo Municipal de Habitação – FMH, para a construção de empreendimentos habitacionais por meio do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades – PMCMV-E, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, como contrapartida do município, tratando-se de investimento não retornável.

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GABINETE DO SUPERINTENDENTE

CONTABILIDADE

RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS
Encontra-se a disposição do interessado, após convocação do mesmo, no Setor de Gestão de Contratos, na Rua: Castro Alves, 63/73, 5º andar, de 2ª a 6ª feira, das 8 às 17 horas, a Nota de Empenho abaixo relacionada, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes.
EMPRESA PROC/MOD. NE
AUTO SUTILE DO BRASIL LTDA 2014-0.254.409-6 – Pregão 18014 2812
MASTER DIAG. PROC. LAB. HOSP L 2014-0.225.681-3 – Pregão 18014 2813

RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS
Encontra-se a disposição do interessado, após convocação do mesmo, no Setor de Gestão de Contratos, na Rua: Castro Alves, 63/73, 5º andar, de 2ª a 6ª feira, das 8 às 17 horas, a Nota de Empenho abaixo relacionada, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes.
EMPRESA PROC/MOD. NE
CIRURGICA FERNANDES C. M. C. H. S.L. 2014-0.301.251-9 – Pregão 20314 2815

RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO
Ficam convocadas as empresas abaixo relacionadas, a retirarem as Nota (s) de Empenho, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes, na Gerência Técnica Contábil Financeira, à rua Castro Alves, 63/73, 5º Andar de 2ª a 6ª feira, das 8 às 17 horas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis. (Para Processos de Dispensa/Exclusividade/PLP/Convite e Concursação e 03 (Três) dias úteis, (Para Processos de Ata de RP e Pregão), a contar desta data.
EMPRESA PROC/MOD. NE
LIVE COM. L. P. C. M. H. LTDA ME 2014-0.234.871-8 – Pregão 19214 2797
LIVE COM. L. P. C. M. H. LTDA ME 2014-0.234.871-8 – Pregão 19214 2814
SUPERMED C. I. P. M. H. LTDA 2014-0.322.125-8 – Dispensa 2821

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

GABINETE DO SUPERINTENDENTE

DESPACHO
COMUNICADO/2014-IPREM
DATA: 08/12/2014
DIRIGIDO: AOS SERVIDORES PÚBLICOS E PENSIONISTAS MUNICIPAIS DO IPREM
ASSUNTO: Tabela de Taxa de Juros praticada pelas entidades consignatárias credenciadas no IPREM para a concessão de empréstimo pessoal.

Visando imprimir maior transparência e confiabilidade à sistemática de consignação em folha de pagamento do IPREM, a Superintendência do IPREM, COMUNICA, nos termos do artigo 18, da Resolução 720/2014 - IPREM, a Tabela de Juros praticados pelas entidades consignatárias do IPREM, referente ao mês de dezembro/2014, para a concessão de empréstimo pessoal aos servidores públicos e pensionistas do IPREM.

ENTIDADE	MESES / %								
	6	12	24	36	48	60	72	84	96
BANCO ALFA	não opera	2,10	2,10	2,10	2,10	2,10	2,10	2,10	2,10
BMG	não opera	não opera	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14	não opera	não opera
BANCO DO BRASIL	1,71	1,71	1,71	1,71	1,71	1,71	1,71	?	?
PARANA BANCO	não opera	2,12	2,12	2,12	2,12	2,12	2,12	2,12	2,12
BANCO DAYCOVAL	não opera	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	não opera	1,60	1,60	1,60	1,60	1,60	1,60	1,60	1,60
BANCO INDUSTRIAL	não opera	2,14	Não Opera	Não opera					
BANCO SAFRA	não opera	1,69	1,55	1,55	1,55	1,55	1,59	1,99	1,99
BANCO PANAMERICANO	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14
ITAU-BMG	não opera	não opera	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14	não opera	não opera
BANRISUL	não opera	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14	não opera	não opera
SICOOB COOPERCREDI-SP	1,52	1,67	1,78	1,87	1,94	2,11	2,14	Não Opera	Não opera
BIC BANCO	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14	Não Opera	Não opera

SAÚDE

GABINETE DO SECRETÁRIO

DIVISÃO TÉCNICA FINANCEIRA - SMS.2
RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO

Ficam CONVOCADAS, as firmas abaixo relacionadas, a retirar as respectivas Notas de Empenho, no prazo de 03 dias úteis, a partir desta publicação, à R. Gal. Jardim, 36, 9º andar das 8:30 às 12:30h e das 14:00 às 16:00h, com apresentação do original ou cópia reprográfica dos seguintes documentos: Certidão de Tributos Mobiliários e Imobiliários Prefeitura de São Paulo ou Declaração de que a firma não possui débitos com a mesma, CND - Certidão Negativa de Débitos da Previdência, Certidão de Regularidade do FGTS e demais documentos, conforme Edital. Ata ou Convocação, bem como parte carta de autorização ou procuração, para a retirada das mesmas:

PROC.	NE	FIRMA
2014-0.327.378-8	103.286	ANTIBIÓTICOS DO BRASIL LTDA
2014-0.304.541-7	102.846	ART VITA DISTR. DE MED. A ALIMENTOS LTDA EPP
2014-0.304.534-4	102.826	ART VITA DISTR. DE MED. A ALIMENTOS LTDA EPP
2014-0.288.742-2	102.814	ATONS DO BRASIL DISTR.PROD. HOSPITALARES LTDA
2014-0.327.374-6	103.273	CICLO FARMA INDUSTRIA QUIMICA LTDA
2014-0.327.375-4	103.289	CRISTALA PROD. QUIM. FARMACÊUTICOS LTDA
2014-0.305.444-8	102.817	DE PAULA COM. NEG. INF. E COMPUTAÇÃO LTDA
2014-0.303.303-16	102.821	DMACISP - MAT. CIRÚRGICO LTDA
2014-0.313.325-1	102.816	DMACISP - MAT. CIRÚRGICO LTDA
2014-0.304.324-7	103.275	IN DENAL PROD. ODONTOLM. HOSPITALARES LTDA EPP
2014-0.304.525-5	103.277	IN DENAL PROD. ODONTOLM. HOSPITALARES LTDA EPP
2014-0.296.012-0	102.841	PRATI, DONAZOUZI & CIA LTDA
2014-0.291.139-0	102.845	PRATI, DONAZOUZI & CIA LTDA
2014-0.285.337-3	102.853	PRATI, DONAZOUZI & CIA LTDA
2014-0.210.216-6	102.849	WOODMOOD INC.COM.PROD. HOSPITALARES LTDA

DIVISÃO TÉCNICA DE SUPRIMENTOS – SMS.3
DEFESA ADMINISTRATIVA

Ficam CONVOCADAS as empresas abaixo relacionadas, a apresentar Defesa Prévia por descumprimento de cláusula contratual, à Rua General Jardim, 36 – 3º andar – Vila Buarque, das 8 às 16 hs. no prazo de 05 dias úteis, a partir desta publicação.

PROCESSO – NE – RAZÃO SOCIAL
Em razão do atraso na entrega do ajuste
2014-0.320.496-5 083.10514 BIO-LÓGICA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP
2014-0.320.476-9 081.101614 FIMLEX PRODUTOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS LTDA
Em razão da inexecução total do ajuste
2014-0.141.504-7 048.13014 IMPERIALMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME

PROCESSO: 2014-0.136.154-0
COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL

COMUNICADO DE ADIAMENTO DA SESSÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO
SELEÇÃO: 008/2014-SMS/GT/SS
OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM UNIDADES DE SAÚDE DA REDE ASSISTENCIAL DE SAÚDE DA SUPERVISÃO TÉCNICA DE SAÚDE VILA MARIA/VILA GUILHERME.
COMUNICAMOS aos interessados no chamamento supramencionado, que fica adiada "sine die" a sessão de abertura, tendo em vista a necessidade de realinhe do Edital. Por conseguinte, a Sessão de Abertura prevista para o dia 12/12/2014 não ocorrerá.

PROCESSO: 2014-0.321.800-1
COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL
COMUNICADO DE ADIAMENTO DA SESSÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO
SELEÇÃO: 006/2014-SMS/GT/SS
OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM UNIDADES DE SAÚDE DA REDE ASSISTENCIAL DO DISTRITO ADMINISTRATIVO CAPÃO REDONDO DA SUPERVISÃO TÉCNICA DE SAÚDE MBOI MIRIM.

COMUNICAMOS aos interessados no chamamento supramencionado, que fica adiada "sine die" a sessão de abertura, tendo em vista a necessidade de realinhe do Edital. Por conseguinte, a Sessão de Abertura prevista para o dia 11/12/2014 não ocorrerá.

PROCESSO: 2014-0.321.812-5
COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL
COMUNICADO DE ADIAMENTO DA SESSÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO
SELEÇÃO: 004/2014-SMS/GT/SS
OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM UNIDADES DE SAÚDE DA REDE PERUS/PIRITUBA.

COMUNICAMOS aos interessados no chamamento supramencionado, que fica adiada "sine die" a sessão de abertura, tendo em vista a necessidade de realinhe do Edital. Por conseguinte, a Sessão de Abertura prevista para o dia 10/12/2014 não ocorrerá.

PROCESSO: 2014-0.321.805-2
COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL

COMUNICADO DE ADIAMENTO DA SESSÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO
SELEÇÃO: 009/2014-SMS/GT/SS
OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM UNIDADES DE SAÚDE DA REDE ASSISTENCIAL DO DISTRITO ADMINISTRATIVO CAPÃO REDONDO DA SUPERVISÃO TÉCNICA DE SAÚDE CAMPO LIMPO E DO DISTRITO ADMINISTRATIVO JARDIM ANGELA DA SUPERVISÃO TÉCNICA DE SAÚDE MBOI MIRIM.

COMUNICAMOS aos interessados no chamamento supramencionado, que fica adiada "sine die" a sessão de abertura, tendo em vista a necessidade de realinhe do Edital. Por conseguinte, a Sessão de Abertura prevista para o dia 12/12/2014 não ocorrerá.

DIVISÃO TÉCNICA DE SUPRIMENTOS, SMS-3
GRUPO TÉCNICO DE COMPRAS, GTC / AÇÃO JUDICIAL
COMUNICADO DE AQUISIÇÃO
MEMO Nº 1167/SMS.3/2014 – Publicação – Grupo Técnico de Compras Judicial

A Secretaria Municipal de Saúde torna público que irá adquirir os produtos abaixo relacionados, visando o atendimento de ordem judicial.

Para tanto, informa que eventuais proponentes interessados poderão enviar proposta de preços pelo e-mail: lucianeultra@prefeitura.sp.gov.br ou pessoalmente na Rua Gen. Jardim, 36, 3º andar (Grupo Técnico de Compras Judiciais) – Fone 3397-2554) no prazo de 02 dias úteis da data da publicação.

Deverá constar da proposta:

1. Descrição do produto
2. Quantidade
3. Preços unitários e globais
4. Validade/Garantia do produto (deve apresentar validade/garantia mínima de 12 meses na data da entrega)
5. Indicar marca e fabricante
6. Informar valor mínimo de faturamento
7. Valor da proposta: 60 (sessenta) dias
8. Condição de pagamento: 30 (trinta) dias após a entrega do produto

9. Prazo de entrega: 08 (oito) dias úteis a contar do recebimento da nota de empenho.

10. Número de CNPJ e do CCM
11. Deverá constar o número da agência e da conta para pagamento, no Banco do Brasil, conforme Decreto Municipal nº 51197 de 22/01/10

12. As empresas deverão estar com os seguintes documentos atualizados:
12.1. CND - INSS
12.2. CRS - FGTS
12.3. Certidões de Tributos Mobiliários
12.4. Cartão do CNPJ

12.5. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida da União.

Obs.: Nas compras de medicamentos, os preços deverão atender à Resolução nº 3 CMEJ de 03/03/2011, publicado no DOU – Seção I em 09/03/2011 e Comunicado nº 03 de 16/03/2012.

Segue abaixo, relação dos produtos, quantidades e número de processo.

PROCESSO: 2014-0.265.153-4
Objeto: MATERIAL MEDICO
ITEM 1: SET DE INFUSÃO ACCU CHEK TENDERLINK 17 MM X 60 CM

Apresentação/Quantidade: UNIDADES/90 UNIDADES
ITEM 2: CARTUCHO PLASTICO ACCU CHEK 3,15 ML
DIVISÃO TÉCNICA DE SUPRIMENTOS
Apresentação/Quantidade: UNIDADES /30 UNIDADES
ITEM 3: PACOTE DE SERVIÇO ACCU-CHEK SPOTIT
Apresentação/Quantidade: PACOTES/02 PACOTES
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
PROCESSO: 2014-0.342.291-1
Objeto: MEDICAMENTO
ITEM ÚNICO: INSULINA GLARGINA – REFIL 03 ML
Apresentação/Quantidade: REFIS/22 REFIS
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

DIVISÃO TÉCNICA DE SUPRIMENTOS, SMS-3
GRUPO TÉCNICO DE COMPRAS, GTC / AÇÃO JUDICIAL
COMUNICADO DE AQUISIÇÃO
MEMO Nº 1177/2014 – Publicação – Grupo Técnico de Compras – Ação Judicial.

A Secretaria Municipal de Saúde torna público que irá adquirir os produtos abaixo relacionados, visando o atendimento de ordem judicial.